



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682683 - SP (2021/0234458-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALANDESON DE JESUS VIDAL - SP168644
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAI FELIPE LEM DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAI FELIPE LEM DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0003074-52.2021.8.26.0026).

O paciente formulou pedido de progressão ao regime aberto perante o juízo das execuções, que deferiu o benefício (e-STJ fls. 75/76). O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público "*para se determinar a recondução do agravado ao regime prisional semiaberto e que seja submetido ao exame criminológico, com vistas à aferição do requisito subjetivo à pretendida progressão ao regime aberto.*" (e-STJ fls. 112/116).

O impetrante sustenta a carência de motivação idônea para a determinação da realização de exame criminológico, ante a falta de periculosidade concreta do paciente, verificada durante a execução, apta a demonstrar a desnecessidade da medida.

Requer, liminarmente, a concessão de liminar, a fim de seja reestabelecida a progressão ao regime aberto. Alternativamente, pugna, caso se entenda pela necessidade a realização de exame criminológico, que este possa ser realizado em regime semiaberto.

No mérito, pretende a concessão de ordem para cassar o acórdão impugnado, mantendo a decisão que deferiu a progressão ao regime aberto ao paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, confira-se o que consignou o Tribunal de origem ao dar provimento ao recurso de agravo (e-STJ fls. 114/115):

"Nesse prisma, infere-se que o apenado fora condenado a um total de pena de 10 anos, 05 meses e 20 dias de reclusão, conforme boletim informativo acostado a fls. 25. Tendo-se em vista a gravidade do delito cometido e o quantum de pena a ser resgatada, com vencimento previsto somente para 18/07/2028 (fls. 25), entende-se prudente, antes da concessão de regime mais brando, a realização de exame criminológico do sentenciado, de suma importância à individualização da execução da pena."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência